



I ENDER - Encontro Interdisciplinar de
Desenvolvimento Regional

III SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação
do Grupo de Pesquisa GERA

7, 8 e 9 de Junho

Políticas Públicas

Segurança pública: políticas públicas de prevenção à criminalidade na juventude.

Janaina de Oliveira Copatti¹
Geisibel Maria Pinheiro²
Adalberto Dias de Souza³

Resumo: O propósito deste projeto é apresentar as ideias e concepções que conduzirão a futura pesquisa a ser realizada sobre novas políticas de segurança pública em pequenos municípios da mesorregião centro ocidental paranaense. Pretende-se compreender quais são as dificuldades enfrentadas nestes municípios, para prevenir a criminalidade na população juvenil. A análise será realizada por meio de procedimentos descritivo-quantitativos e qualitativos. Intenta-se contribuir com sugestões alternativas, seguindo-se técnicas e métodos que se façam necessários para auxiliar esses municípios a estabelecerem novas estratégias de segurança pública, visando preparar uma geração de pessoas mais cidadãs e assim, diminuir os índices de criminalidade na juventude e, conseqüentemente, melhorar a condição de vida da população residente nestes municípios.

Palavras-chave: Políticas Públicas; Segurança Pública; Juventude.

Introdução

De acordo com os dados fornecidos pela Secretaria do Meio Ambiente, Segurança Pública é uma atividade desenvolvida por órgãos do Estado, cuja principal função é proteger a cidadania, prevenindo e controlando manifestações da criminalidade e da violência, garantindo o exercício pleno da cidadania nos limites da lei. Ou seja, é de responsabilidade do Estado garantir a segurança dentro de seu território.

Para se estabelecer uma política de segurança pública é necessária uma gestão integrada. A gestão integrada nada mais é que a articulação e o diálogo estratégico entre os órgãos de segurança pública e demais atores das três esferas de governo que atuam em um município, bem como entre os diferentes setores

¹Graduanda do curso de Administração da Unespar campus Campo Mourão. ninacopatti@gmail.com

²Graduanda do curso de Administração da Unespar campus Campo Mourão. geisibelpinheiro3@gmail.com

³Mestre em Administração. Mestre e Doutor em Administração e Geografia. Docente do curso de Administração da Unespar campus de Campo Mourão/PR. ad.unespar@gmail.com

2

3



I ENDER - Encontro Interdisciplinar de
Desenvolvimento Regional

III SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação
do Grupo de Pesquisa GERA

7, 8 e 9 de Junho

responsáveis pela sua construção, implementação, execução e monitoramento, com a finalidade de se interrelacionarem para a consecução de objetivos comuns (Ministério da Justiça).

Atualmente, podemos citar como referência em Segurança Pública (SP) alguns países como Japão, Austrália e Suécia. Infelizmente, o Brasil não pode ser citado como referência de SP, pois apresenta elevados índices de criminalidade e violência, principalmente entre os jovens (MIOZZO, 2016).

Os números mais preocupantes encontram-se nas grandes capitais, porém não é somente com as capitais que devemos nos preocupar, pois os pequenos municípios também vêm apresentando índices crescentes de criminalidade.

Metodologia

Este trabalho tem carácter investigativo e exploratório, procurando explicar o relacionamento entre as variáveis de forma quantitativa e qualitativa, através de fontes de dados primárias e secundárias. Para tanto, utilizaremos sempre que necessário a bibliografia de TRIVIÑOS (1987) e LAKATOS (2003), a julgar pela grande importância de tais autores na área de Metodologia. Os levantamentos serão realizados nos municípios de Araruna e Peabiru, dois dos pequenos municípios integrantes da mesorregião centro ocidental paranaense. Os dados após tabulados receberão análises quantitativo-qualitativas.

Resultados e Discussões

Considerando as proposições anteriormente apresentadas, objetivamos analisar mais profundamente como está a SP nos pequenos municípios do Paraná. Através de levantamentos bibliográficos preliminares, constatamos que o Paraná não é um dos estados mais violentos do Brasil. No entanto, é preciso trabalhar incessantemente na prevenção da marginalidade juvenil, para que nosso estado se torne cada vez mais seguro.

De acordo com a Universidade Estadual do Paraíba – UEPB (2013), as Políticas Públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas



I ENDER - Encontro Interdisciplinar de Desenvolvimento Regional

III SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação do Grupo de Pesquisa GERA

7, 8 e 9 de Junho

pelo Estado, direta ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico.

Atualmente fazem parte da política estadual de prevenção à criminalidade o Programa Educacional de Resistências as Drogas (PROERD), que trabalha com estudantes criando uma aproximação entre a polícia e a juventude, e a Patrulha Escolar que assessora a comunidade escolar e procura garantir um ambiente seguro nos arredores dos colégios.

No entanto somente essas medidas não são suficientes para atender todos os jovens do Estado, pois o PROERD trabalha com crianças que estão hoje no 5º ano do Ensino Fundamental, por um período de seis meses aproximadamente, e depois não é feita mais nenhuma medida de reforço com estes estudantes. Deixando a adolescência dos mesmos, período em que estão mais propícios a serem influenciados, sem nenhuma orientação sobre os malefícios que trazem a criminalidade.

Assim, quando chegam ao Ensino Médio, muitos deles já se esqueceram de boa parte do trabalho realizado pelo PROERD, sendo que a parte mais afetada, com certeza, é a do vínculo que deveria ter sido consolidado entre os jovens e os policiais. Este fato é confirmado por grande parte destes estudantes, por se sentirem reprimidos com a presença da patrulha escolar, órgão que está ali justamente para protegê-los.

Desta forma, vemos que é necessário desenvolver novas políticas públicas de prevenção à criminalidade na juventude nos pequenos municípios, até porque, muitos deles, não possuem policiais suficientes para fazer um trabalho efetivo de combate ao crime, restando como única alternativa a prevenção. Mas quais seriam as políticas ideais para fazer esse trabalho?

Ao que nos parece o primeiro passo poderia ser criar políticas municipais de prevenção, haja vista que os municípios dependem das políticas nacionais e estaduais para realizarem esta tarefa. O segundo seria identificar a faixa etária mais



I ENDER - Encontro Interdisciplinar de
Desenvolvimento Regional

III SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação
do Grupo de Pesquisa GERA

7, 8 e 9 de Junho

afetada pela marginalidade, e após essa identificação criar medidas específicas para atender as necessidades deste grupo, sem se esquecer das demais.

Sendo assim, para a faixa etária de 12 à 16 anos, poderíamos incluir nos colégios as práticas de atividades didático pedagógicas de conscientização e prevenção a delinquência, palestras com policiais para incentivar e reforçar a aproximação polícia e juventude e cursos técnicos profissionalizantes para capacitar estes jovens para o mercado de trabalho.

Com relação aos jovens entre 16 à 20 anos, a próxima medida a ser tomada poderia ser realizar uma análise aprofundada desse grupo, no intuito de identificar qual o fator que os levou a marginalidade. Em muitos casos, esse fator é a vulnerabilidade socioeconômica, gerada pela falta de oportunidades de trabalho e falta da continuação da formação educacional, como, por exemplo, a inserção destes no Ensino Superior (CANÇADO, 2014).

Assim, entendemos que, desta maneira, as políticas públicas devem ser especializadas para atender as sucessivas faixas etárias, conforme a suas carências específicas apresentadas pelas mesmas.

Considerações finais

Segundo Jorge-Birol (2007), a violência não é somente um problema da polícia e os esforços no seu combate não devem ser direcionados somente ao infrator. Falar sobre combate à criminalidade é falar principalmente sobre prevenção. Acreditamos que a melhor forma de se combater ou diminuir a criminalidade nos parecer ser alcançando o crime em suas causas, suas raízes, e não somente em suas consequências.

Neste sentido, justificamos nossa preocupação em prevenir a criminalidade na juventude, e não somente combater as ações dos criminosos que posteriormente podem surgir desta geração. Nosso intuito com este estudo é iniciar um trabalho de sistematização de dados, com o objetivo de entender melhor esta problemática, visando contribuir posteriormente com a sociedade em geral, corroborando na



I ENDER - Encontro Interdisciplinar de
Desenvolvimento Regional

III SEMAGE - Seminário de Avaliação e Disseminação
do Grupo de Pesquisa GERA

7, 8 e 9 de Junho

construção e consolidação de um ambiente mais respeitoso e seguro para todos os cidadãos.

Referências

CANÇADO, Taynara Candida Lopes. **Trabalhando o conceito de vulnerabilidade social**. 2014. Disponível em:

http://www.abep.org.br/~abeporgb/abep.info/files/trabalhos/trabalho_completo/TC-10-45-499-410.pdf. Acesso em: 27/05/2017.

JORGE-BIROL, Alline Pedra. **Políticas públicas de prevenção da violência e a prevenção vitimária**. 2007. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=1802.

Acesso: 26/05/2017.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica**. Ed. 5. São Paulo. Editora Atlas, 2003.

MIOZZO, Júlia. **Os países mais seguros do mundo, segundo levantamento**.

2016. Disponível em: <http://www.infomoney.com.br/minhas-financas/consumo/noticia/5190688/paises-mais-seguros-mundo-segundo-levantamento>. Acesso em: 26/05/2017.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, Secretaria nacional de segurança. **Gabinetes de gestão integrada municipais documento orientador**. Disponível em:

<http://www.justica.gov.br/sua-seguranca/seguranca-publica/senasp-1/documento-orientador-site-do-mj.pdf>. Acesso em: 26/05/2017.

Secretaria do Meio Ambiente. **O que são políticas públicas**. 2017. Disponível em:

http://www.meioambiente.pr.gov.br/arquivos/File/coea/pncpr/O_que_sao_PolíticasPublicas.pdf. Acesso em: 27/05/2017.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo. Editora Atlas, 1987.

Universidade Estadual do Paraíba - UEPB. **Políticas públicas**. 2013. Disponível em:

<http://sites.uepb.edu.br/circularsaude/politicas-publicas/>. Acesso em: 27/05/2017.